



Pessoas, identidades, arqueologias e cultura material

MÉTIS: história & cultura



Sobre a fluidez do concreto: refletindo sobre pessoas e objetos em alguns projetos de arqueologia no Estado do Amapá – Brasil¹

On the fluidity of concrete things: some reflections on people and objects in archaeological projects in Amapá State – Brazil

Mariana Petry Cabral*
João Darcy de Moura Saldanha**

Resumo: Ao longo dos últimos anos, experiências diversas no Estado do Amapá têm nos levado a pensar sobre a diversidade de percepções que a cultura material em sítios arqueológicos evoca nas pessoas. A concretude das peças contrasta fortemente com a fluidez dos significados atribuídos a elas, nos forçando a refletir não apenas sobre o sentido que construímos para a cultura material que estudamos (e a maneira como apresentamos esse sentido a não arqueólogos), mas também sobre a forma como os outros a percebem. Neste artigo, apresentamos algumas reflexões sobre as relações que pessoas e objetos criam ao interagir, por meio de experiências em alguns projetos de arqueologia no Estado do Amapá.

Palavras-chave: Cultura material. Projetos de arqueologia. Amapá/Brasil

Abstract: During the last few years, various experiences in Amapá State (Northern Brazil) have drawn our thinking to the diversity of perception that material culture from archaeological sites evoke on people. The concreteness of things highly contrasts with the fluidity of meanings applied to them, pushing us to think about the meaning we build for material culture under study (as much as the way we present these meanings to non-archaeologists). But it also takes us to think on the way other people perceive material culture. We present, in this article, some reflections on the relations that people and objects create during interaction, using experiences at archaeological research projects in Amapá State, Brazil.

Keywords: Material culture. Archaeology projects. Amapá/Brazil.

* Arqueóloga na Gerência de Pesquisa Arqueológica do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá. *E-mail:* mariana.cabral@iepa.ap.gov.br

** Arqueólogo na Gerência de Pesquisa Arqueológica do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá. *E-mail:* joao.saldanha@iepa.ap.gov.br



Um dos desafios da arqueologia contemporânea tem sido abrir seu discurso e suas práticas à participação ativa de grupos de não arqueólogos com os quais interagimos ao longo das pesquisas. Preocupações com o diálogo e com formas não autoritárias de relação com essas pessoas são algumas das constantes preocupações nas discussões sobre a arqueologia pública, entre outros, Hodder (2003); Shakel e Chambers (2004); Bezerra (2003); Funari e Robhran-Gonzáles (2008).

Nosso interesse pela percepção dos não arqueólogos sobre nosso objeto de estudo e o trabalho que fazemos com eles parecem relacionados, em parte, com uma demanda desses “outros” por participação, mas também de um amadurecimento da disciplina sobre nosso papel social. Responder à questão: por que fazemos arqueologia? E respondê-la de forma a fazer sentido para esses públicos tem se tornado um exercício cada vez mais comum nas nossas práticas. Para além de “educação patrimonial”, atividade formalmente obrigatória nos projetos de arqueologia aprovados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), esse exercício tem nos levado a pensar sobre a diversidade de percepções que a cultura material em sítios arqueológicos evoca nas pessoas.

Neste artigo, partimos de experiências em diferentes projetos de arqueologia que desenvolvemos no Estado do Amapá, nos quais interagimos com públicos bastante diferenciados, para refletir sobre o lugar e a natureza do que chamamos “cultura material”, evidenciando a diversidade de relações que pessoas e objetos criam ao interagir. Ao contrastarmos nossas percepções e narrativas sobre os vestígios que estudamos com aquelas de outros coletivos, o óbvio emerge. A concretude das peças contrasta fortemente com a fluidez dos significados atribuídos a elas. Tal situação nos leva a refletir não apenas sobre o sentido que construímos para a cultura material que estudamos (e a maneira como apresentamos esse sentido a não arqueólogos), mas também sobre a forma como os outros a percebem. Se a cultura – em sítios arqueológicos – é material, o que se constrói sobre ela parece bem mais fluido.

A arqueologia e os outros

A arqueologia, como boa parte das ciências humanas, está situada, hoje, em um local de conflito. A autoridade da ciência e, por extensão, dos cientistas, já não é tão consensual como era há poucas décadas. As



críticas à posição universal da ciência (em contraposição ao localismo de outras formas de conhecimento) emergem em diferentes pontos do Planeta e da academia (p. ex.: LATOUR, 1994; CASTRO, 2002; HODDER, 2003; GNECCO, 2009).




Esse conflito deriva, em parte, de discussões sobre o papel do pesquisador como ator social, que, na arqueologia, ganharam fôlego principalmente a partir do fim da década de 80 (séc. XX), entre outros: Shanks e Tilley (1987); Wylie e Pinsky (1989); Shanks e Tilley (1992); Hodder (1992). O debate sobre as consequências práticas da nossa ação – evidentemente social – como pesquisadores, contribuiu para reflexões sobre a dominação do discurso científico sobre os outros discursos, em posições de autoridade e subordinação, as quais reforçam e recriam não apenas a autoridade incontestada da ciência, mas também o próprio modelo do pensamento moderno ocidental.

Se a arqueologia estruturou-se e se fortaleceu dentro (e a partir) desse quadro autoritário, como todas as ciências, é também aí que encontra seu atual local de conflito. Será possível, ou mesmo viável, praticar uma arqueologia fora desse quadro? (GONZALO, 2006; HABER; GNECCO, 2007).

Se o papel social do arqueólogo já parece ser parte integrante nas discussões sobre a atuação na nossa disciplina, sendo adotado por pesquisadores a partir de diferentes linhas teóricas (para citar apenas alguns: no mundo anglo-saxônico BINFORD, 1989; TILLEY, 1989; HODDER, 2003b), mas também nas periferias (HABER; GNECCO, 2007), no Brasil inclusive (BEZERRA, 2003; HILBERT, 2006; REIS, 2007), a forma que arqueologias socialmente compromissadas devem tomar ainda não é clara. A reflexão a que nos propomos aqui busca justamente contribuir para esses questionamentos. A diversidade de percepções sobre a cultura material com a qual trabalhamos, esboçada na construção de variadas relações entre coisas e pessoas, pode ampliar o escopo da nossa disciplina e nos obrigar a perceber que há mais do que arqueólogos a pensar e explicar o mundo material.


Os outros e a arqueologia

Em uma música dos *Rolling Stones* do fim da década de 80 (séc. XX), Mick Jagger cantava sobre o fato de estar preso em uma situação difícil: “*between a rock and hard place*” [entre um penhasco e um lugar




difícil]. Essa é uma boa imagem sobre o lugar onde nos sentimos hoje, ao pensar sobre a relação entre a arqueologia e os outros: é um lugar difícil. É um lugar entre seres diversos, entre interesses diversos, entre motivações diversas. Porém, se temos qualquer inspiração em praticar uma arqueologia socialmente engajada, então não há como passarmos incólumes por esses outros – outros seres, interesses e motivações.

Experiências em diferentes projetos no Estado do Amapá, realizados dentro de arqueologias acadêmicas e preventivas, têm nos levado a pensar e a repensar as formas de relação que mantemos, que podemos e que planejamos com os não arqueólogos que sempre estão no entorno – quer dos sítios, quer dos projetos. Os sítios arqueológicos são, nesse contexto, o ponto tangencial dos diferentes coletivos: objeto de estudo para nós, obstáculo ao desenvolvimento para mineradores, foco de visagens² para outros. É a essas diferenças, sobre a fluidez que a cultura material adquire na interação entre diferentes grupos, que nos reportamos agora.



Quem importa?



Na costa norte do Amapá, uma região de transição entre campos alagáveis, cerrado e floresta, desenvolvemos um projeto voltado ao estudo de estruturas megalíticas (CABRAL; SALDANHA, 2008). Esse é um projeto com bastante visibilidade, o que decorre – em parte – de uma escolha política tomada pelo governo do Estado do Amapá quando o sítio megalítico *Rego Grande* foi “descoberto” por pesquisadores no fim de 2005. Naquele momento, refletindo sobre um projeto de fortalecimento de estruturas de pesquisa e difusão em arqueologia no Amapá (intrinsecamente relacionado à construção de uma identidade local), o Executivo estadual não apenas financiou pesquisas arqueológicas na área, como também decidiu pela promoção desse sítio como um potencial turístico-econômico.³

Nesse processo, nos deparamos a discutir arqueologia com diferentes coletivos. O primeiro deles, por estranho que pareça, foi de políticos. Algumas das primeiras etapas do projeto de pesquisa foram traçadas em reuniões com secretários de estado e chefes executivos. A pesquisa arqueológica foi financiada, então, para oferecer suporte a um planejamento mais amplo voltado ao potencial turístico que o sítio *Rego Grande* evocava. A aquisição da fazenda, hoje sob a guarda do Instituto



de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá, marcou a apropriação (física, mas também simbólica) desse sítio, na construção de um projeto de valorização de elementos do patrimônio arqueológico estadual.




Desse interesse manifesto por um setor importante do Executivo estadual foi criada uma situação de divulgação desse sítio na mídia muito bem-sucedida, que deriva também da estrutura megalítica realmente impressionante desse sítio, das interpretações astronômicas sobre ele e da localização amazônica. Foi a conjunção desses elementos que favoreceu a exposição midiática desse sítio, suscitando o interesse dos jornalistas. O sítio arqueológico, para nós – vestígios de ocupações indígenas antigas na área – tornou-se “furo” de reportagem.

Com esses interesses manifestos, quer pela projeção política, quer pelo espaço na mídia, ou pelo desenvolvimento econômico, o sítio arqueológico deixou de ser um objeto de pesquisa ou, ao menos, de ser *apenas* um objeto de pesquisa arqueológica. E tantos interesses, e interesses tão claramente explicitados, nos fizeram pensar sobre quem é público para os nossos projetos: quem importa?

Em meio a planejamentos grandiosos para a implantação de um parque arqueológico na área, cabe perguntar: como a população do Município de Calçoene, onde está localizado o sítio, percebe não apenas os vestígios arqueológicos, mas também todos esses discursos que os envolvem? Estará essa população preparada para as transformações que esse parque pode trazer? (SANDLIN; BEY, 2006). Estarão seus interesses incluídos? Ao pesar na balança, nos perguntamos: a medida desse grupo será como a medida dos outros? Para quem fazemos arqueologia? Quais interesses estamos representando?


Quem são os outros?

Em um projeto de arqueologia preventiva, em região de floresta equatorial, no centro do Estado do Amapá, acompanhamos por dois anos a implantação de um grande projeto minerário. Quando iniciamos as primeiras visitas a campo, com a implantação da obra já em andamento, não havia mais moradores na área. Essa é uma região historicamente conhecida por seu potencial minerário (CASARA, 2003), com inúmeros relatos de garimpos, coletados mesmo entre os ajudantes de campo.




Como requisito formal do Iphan, foi elaborado um Programa de Educação Patrimonial pela arqueóloga Jacques (2008), que teve como foco as escolas de Ensino Fundamental e Médio, nos dois municípios atingidos pelo empreendimento (Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio). O projeto previa a produção de uma cartilha para ser usada pelos professores, entendidos como o público-alvo inicial.

O resultado, porém, foi fraco. Com ações pouco eficientes, debilitadas por uma logística totalmente falha, nosso alcance nas investidas formais em educação foi bastante limitado. A análise que fazemos é de um profundo choque de expectativas entre nós, pesquisadores, e a mineradora. Enquanto nós queríamos levar arqueologia para a sala de aula, eles queriam a arqueologia dentro da empresa, voltada a seus colaboradores. E a falha na logística foi um reflexo desse desinteresse.



Quando pensamos na necessidade de dialogar com outros, na maior parte das vezes, estamos nos referindo a grupos que historicamente estão alienados da produção científica: são os ribeirinhos, os colonos, os grupos indígenas, as periferias. Mas no entorno dos nossos projetos também existem outros grupos. A experiência nesse projeto de arqueologia preventiva nos confrontou com um grupo que nós – erroneamente – havíamos alienado da Educação Patrimonial. É claro que há um choque de interesses aqui entre nós, pesquisadores, e eles, empresa, mas essa experiência nos fez perceber o quão imbricados estamos nessa teia de relações entre grupos e interesses diversos.



Enquanto nosso foco voltou-se para a escola, reforçando nossa percepção sobre a cultura material como um patrimônio público, os diretores da mineradora pensavam nos sítios como obstáculos. Dentro de um histórico de problemas relacionados a impactos sobre sítios arqueológicos, com termos de ajustamento de conduta e inquéritos na Polícia Federal, a arqueologia nesse projeto era “um mal necessário”. Claramente, os impactos eram resultado do desconhecimento dos colaboradores no campo, mesmo que mal-instruídos por supervisores, gerentes e diretores. Se o impacto nos sítios arqueológicos era um risco, focar a Educação Patrimonial nas pessoas que poderiam causá-lo era uma boa alternativa. E poderia ser eficaz, ao menos como medida de proteção.

Foi um erro, uma falha de comunicação. E nos fez pensar sobre quem escolhemos para dialogar, e quem escolhemos deixar fora do diálogo.



Por que os outros se importam?

Um terceiro projeto que nos ajuda a pensar sobre a diversidade de percepções sobre o material arqueológico é também um projeto de arqueologia preventiva. Porém, difere da maior parte dos projetos desse tipo, porque as obras não começaram e, de fato, ainda não têm data para iniciar. Essa situação permitiu que experimentássemos nessa região uma outra forma de aproximação com os moradores, beirando uma etnografia.⁴

A obra-foco do projeto é uma rodovia estadual, que liga a Capital Macapá à região do Pacuí, na costa leste, ao sul do rio Araguari. Essa é uma região especialmente interessante para a arqueologia do Amapá, já que a presença de vestígios arqueológicos nas ruas das diversas comunidades é notória. Existe, nessa área, como em outras regiões da Amazônia (MACHADO, 2010), uma justaposição entre assentamentos atuais e grandes sítios arqueológicos, sendo alta a densidade de urnas funerárias inteiras.

Essa situação coloca os moradores e os vestígios arqueológicos em contato direto. Se, de um lado, como arqueólogos, observamos o claro impacto sobre o patrimônio, de outro, os moradores sentem um impacto sobre sua vida. As urnas atrapalham a construção de casas, causam sonhos, trazem visagens. Existe um conflito entre vivos e mortos, os potes parecem atrapalhar a vida das pessoas, mas, ainda assim, eles importam.

A reclamação sobre peças que foram retiradas e levadas para museus em Macapá é uma constante, e, atualmente, na maior parte das comunidades, os moradores não permitem escavações sem autorização. Os vestígios estão sendo apropriados por essas pessoas mesmo que lhes cause algum desconforto, e isso nos leva a refletir sobre os processos de apropriação do patrimônio arqueológico.

Ao mesmo tempo que essas comunidades vivem um conflito cotidiano na interação com as urnas funerárias e com as visagens, inclusive com restrições de uso do espaço, muitas vezes de forma bastante negativa (PARDI; SILVEIRA, 2005), essas comunidades também se apropriaram positivamente dessa relação. Ao chegar uma pessoa estranha inquirindo sobre as urnas no chão, elas imediatamente se posicionam como protetoras: “Não pode mexer, não pode tirar.” Quando nos perguntamos: por que essas comunidades se importam com esse material?, estamos adentrando em processos de construção de identidades, de apropriação do mundo. O que esses materiais evocam? Por que eles importam?

Por que a arqueologia importa?

Quando nos perguntamos sobre os diversos interesses que diferentes grupos têm sobre o material arqueológico, estamos abrindo nossa disciplina. Estamos buscando entender por que a arqueologia importa. Nossa resposta “catalogada na memória”, como diria Julio Cortázar, vai ao encontro da ideia de preservação do patrimônio e da valorização da memória local. É um discurso bonito, que aprendemos a usar, e que usamos um pouco sem refletir. Ele é um discurso “catalogado na memória” e, exatamente por isso, como um número de telefone, está pronto para uso.

Por que fazer arqueologia? Porque o patrimônio é importante para nossa história, porque a história é importante, porque nos dá sentidos de pertencimento, porque nos dá a dimensão das relações históricas entre os vários agentes. Enfim, é o discurso em voga, mas é também – e às vezes nós podemos esquecer disso – o nosso discurso, não o discurso deles, dos outros.

Ao pensar novamente sobre como a concretude do material torna-se altamente fluida, talvez até volátil, conforme mudamos o grupo que olha para esse material, que tem interesse nele, nos perguntamos se esse discurso não é uma imposição mascarada. Estaríamos a incitar os não arqueólogos a aderirem ao nosso discurso com o objetivo maior de justificarmos nossa existência como arqueólogos?

Quando nos viramos para os não arqueólogos e dizemos que o patrimônio tem que ser preservado porque para nós ele é importante; quando fazemos as “Educações Patrimoniais” – que o próprio nome já diz que estamos instruindo, ensinando – ; quando trazemos esses outros para aprender o que é arqueologia; enfim, quando fazemos isso – e essa é uma pergunta inquietadora – não os estamos domesticando, domesticando suas formas de pensar, domesticando *outras* formas de pensar?

Ainda que possam soar um pouco radicais – e talvez o sejam – os questionamentos que levantamos aqui se aproximam de preocupações que têm surgido na arqueologia, nos últimos anos, inclusive na América Latina. (ZARANKIN; ACUTO, 2008; GNECCO, 2009). As respostas não parecem prontas, mas as perguntas apontam para uma reflexão importante sobre que tipo de arqueologia fazemos, por que fazemos e para quem fazemos.



Como salientado por Haber (2009), a violência epistemológica colonial que constantemente se sobrepõe às pessoas, em especial nas periferias, e que serve de base para uma crítica sobre o discurso moderno colonizador, também se sobrepõe aos objetos. Limitarmos as relações entre coisas e pessoas ao modelo que temos “catalogado na memória”, ao nosso modelo científico-moderno-ocidental é também uma forma de violência colonial. Pensar nos objetos como sendo passíveis de sofrer essa violência nos remete a tudo que se tem discutido nos últimos anos sobre o papel ativo da cultura material (THOMAS, 2006), sobre os objetos agentes (VANVELTHEM, 2003; LAGROU, 2007), sobre o hibridismo que permeia todas as relações humanas e não humanas. (LATOURE, 1994).

Os objetos e as pessoas estão interagindo conosco nas nossas práticas, o tempo todo. Para não domesticá-los, para que eles não percam a essência que torna essa relação conosco muito mais interessante (que é a diferença), o caminho pode ser a simetria. É a humildade, a abertura, o ouvir (SHEPPERD, 2009): a base das relações interessantes que a gente estabelece com os outros, humanos ou não.



Notas

¹ Este artigo teve como base uma apresentação realizada no XV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, em uma sessão que juntou dois simpósios: “Arqueologia e Comunidades – Práticas e Desafios” e “Substâncias e Cultura Material”. Agradecemos aos coordenadores dos simpósios: Adriana Fraga da

Silva, Artur Barcelos e Klaus Hilbert, assim como aos colegas que participaram das discussões, por terem proporcionado um espaço muito interessante de debate e troca de ideias. Agradecemos, ainda, à Adriana e ao Artur o convite para participar deste dossiê.

Referências

- BEZERRA, Márcia. O público e o patrimônio arqueológico: reflexões para a arqueologia pública no Brasil. *Habitus*, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 275-296, 2003.
- BINFORD, Lewis (Ed.). *Debating archaeology*. Academic Press, 1989.
- CABRAL, M. P.; J SALDANHA, J. D. de M. Paisagens megalíticas na costa norte do Amapá. *Revista da SAB*, n. 21, p. 9-26, 2008.
- CASARA, M. *Amazônia brasileira: cinco décadas de irresponsabilidade social e ambiental no Estado do Amapá*. Florianópolis: Observatório Social, 2003.
- CASTRO, E. V. de. O nativo relativo. *Mana*, n. 8, v. 1, p.113-148, 2002.
- FUNARI, Pedro P. A.; ROBRAHN-GONZÁLES, Erica M. Ética, capitalismo y arqueología pública en Brasil. In: ACUTO, F. A.; ZARANKIM, A. (Eds.). *Sed non satiata I: acercamientos sociales en la arqueología latinoamericana*. Córdoba: Encuentro Grupo Editor, 2008.
- GNECCO, Cristóbal. Caminos de la arqueología: de la violencia epistémica a la relacionalidad. *Bol. Museu Paraense Emílio Goeldi (Ciências Humanas)*, n. 4, v. 1, p. 15-26, 2009.
- GONZALO, A. H. Arqueología y globalización: el problema de la definición del "otro" en la postmodernidad. *Complutum*, n. 17, p. 221-234, 2006.
- HABER, Alejandro; GNECCO, Cristóbal. Virtual forum: archaeology and decolonization. *Archaeologies: Journal of the World Archaeological Congress*, n. 3, v. 3, p. 390-412, 2007.
- HABER, Alejandro. Interculturalidade epistêmica e ação política na arqueologia pós-colonial. In: Congresso da SAB, 15., 2009. Belém. Anais... Belém, 2009.
- HILBERT, Klaus P. C. Qual o compromisso social do arqueólogo brasileiro? *Revista de Arqueologia SAB*, n. 19, p. 89-101, 2006.
- HODDER, Ian. *Theory and practice in archaeology*. Londres; Nova Iorque: Routledge, 1992.
- _____. *Archaeology beyond dialogue*. Salt Lake City: The University of Utah Press, 2003a.
- _____. Archaeological reflexivity and the local voice. *Anthropological Quarterly*, n. 76, v. 1, p. 55-69, 2003b.
- JACQUES, C. C. *Conhecendo nosso passado através da arqueologia: projeto de divulgação e Educação Patrimonial nos Municípios de Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio*. Macapá: Iepa, 2008.
- LAGROU, Els. *A fluidez da forma: arte, alteridade e agência em uma sociedade ameríndia (kaxinawa)*. Rio de Janeiro: Top Books, 2007.
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- MACHADO, J. S. Espaços antropizados: entendendo os processos de reocupação a partir de uma visão etnoarqueológica. In: PEREIRA, Edithe; GUAPINDAIA, V. *Arqueologia amazônica*. Belém: MPEG/Iphan/Secult, 2010.
- PARDI, Maria Lúcia; SILVEIRA, Odete. Amapá: Gestão do Patrimônio Arqueológico e o Programa Estadual de

Preservação. In: Congresso da SAB, 2005, Campo Grande. Anais... Campo Grande, 2005.

REIS, José Alberione dos. Lidando com as coisas quebradas da história. *Revista Arqueologia Pública*, n. 2, 2007.

SANDLIN, J. A.; BEY III G. J. Trowels, trenches and transformation: a case study of archaeologists learning a more critical practice of archaeology. *Journal of Social Archaeology*, n. 9, v. 2, p. 255-276, 2006.

SHAKEL, Paul; CHAMBERS, Erve J. (Eds.). *Places in mind: public archaeology as applied anthropology*. Londres, Nova Iorque: Routledge, 2004.

SHANKS, Michael; TILLEY, Christopher. *Social theory and archaeology*. Cambridge: Polity Press, 1987.

_____; _____. *Re-constructing archaeology: theory and practice*. 2. ed. Londres/ Nova Iorque: Routledge, 1992.

SHEPPERD, Nick. *Archaeology in the world: organizing for a decolonial archaeology*. In: Congresso da SAB, 15. 2009. Belém. Anais... Belém, 2009.

THOMAS, J. Phenomenology and material culture. In: TILLEY, C. et al. *Handbook of material culture*. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage, 2006.

TILLEY, Christopher. Archaeology as socio-political action in the present. In: WYLIE, A.; PINSKY, V. *Critical traditions in contemporary archaeology: essays in the philosophy, history and socio-politics of archaeology*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1989.

VELTHEM, L. H. VAN. *O belo é a fera: a estética da produção e da predação entre os Wayana*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2003.

WYLIE, A.; PINSKY, V. (Eds.). *Critical traditions in contemporary archaeology: essays in the philosophy, history and socio-politics of archaeology*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1989.

ZARANKIN, Andrés; ACUTO, Félix (Org.). *Sed non satiata II: acercamientos sociales en la arqueología latinoamericana*. Córdoba: Encuentro Grupo Editor, 2008.